



Indisciplina, violência e o desafio dos Direitos Humanos nas escolas

Flávia Schilling¹

O problema

Pela primeira vez em nossa história, lidamos, no Brasil, com nossa face violenta. Este tema informa a fala das pessoas no cotidiano, aparece de forma espetacular na mídia. Permeia os discursos políticos, provoca ações de políticas públicas. Produz pesquisas, debates. Exige tomadas de posições. Parece que nos transborda, provocando a sensação de que a violência tomou conta do mundo.

Lidamos com a quebra de um mito, ou, segundo Marilena Chauí, de um preconceito muito brasileiro, que nos informa que somos não violentos, pacíficos e ordeiros por natureza. Este seria, para a autora, um dos preconceitos profundos da nossa sociedade:

“Um dos preconceitos mais arraigados em nossa sociedade é o de que “o povo brasileiro é pacífico e não violento por natureza”, preconceito cuja origem é antiqüíssima, datando da época da descoberta da América, quando os descobridores julgavam haver encontrado o Paraíso Terrestre e descreveram as novas terras como primavera eterna e habitadas por homens e mulheres em estado de inocência. É dessa “Visão do Paraíso” que provém a imagem do Brasil como “país abençoado por Deus” e do povo brasileiro como cordial, generoso, pacífico, sem preconceitos de classe, raça e credo. Diante dessa imagem, como encarar a violência real existente no país? Exatamente não a encarando, mas absorvendo-a no preconceito da não violência.”²

Aparentemente estaríamos vivendo um momento histórico em que, pela primeira vez, encaramos a face violenta da sociedade, com seus preconceitos de classe, de raça, com sua violência estrutural. Os antigos discursos, que remetem os atos violentos à exceção, ao louco, ao doente, ao “ogro”, parecem não mais

¹ Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

² CHAUÍ, Marilena. “Senso Comum e Transparência”. **O Preconceito**. São Paulo, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania/Imprensa Oficial, 1996/1997, p. 120.

funcionar: revelariam um profundo mal-estar social. Há dimensões da violência que deixam de ser invisíveis, há tipos de vitimização coletiva e individual que começam a ser vistos. Verifica-se a existência de conflitos coletivos, sociais, familiares que resultam em respostas violentas. Há um esforço para quebrar o silenciamento que envolve estas questões que não são da vida privada ou secreta – são políticas e públicas.

O contexto

O que vemos no mundo? A relação profunda existente entre a violência (da guerra, do tráfico de drogas, do crime organizado, da criminalidade urbana violenta, desorganizada ou semi organizada) e o poder econômico. Vemos, em primeiro lugar, que a violência não é uma questão prioritariamente cultural, é uma atividade lucrativa, sustenta um grande número de atividades econômicas ilegais mas rapidamente transformadas em legais, gera, também, a indústria da “segurança” (ou da insegurança e do medo) com suas câmeras, muros, segurança particular, novos equipamentos e tecnologias, a indústria de armas, movimentam grandes quantias nos bancos.

Portanto, para que a nossa fala não seja uma fala fraca, ingênua, é importante perceber o contexto da violência atual, sua relação estrutural com este sistema econômico. Esta é a primeira premissa para que possamos agir sem ingenuidade: há interesses econômicos que se beneficiam com a guerra. O crime é uma das atividades econômicas mais importantes no sistema mundial. Esta dimensão econômica, esta relação estrutural é muitas vezes ignorada. É importante que a tenhamos em mente, pois uma das demandas que fazem a quem trabalha em educação é que a escola seja o grande remédio contra a violência. A escola, a educação, seria a salvadora da sociedade. Será? A escola pode fazer muito, mas não pode dar conta das outras reformas, estas sim essenciais, que mudem a situação que relatamos.

A multidimensionalidade da violência

De que tipo de violência falamos quando falamos em violência? Da violência das paixões? Da violência que acontece na família - contra a mulher, a criança, o idoso, o portador de “necessidades especiais”, aquele que tem uma orientação sexual diferente? Da violência do desemprego, da fome, da falta de acesso e de oportunidades, da falta de justiça? Da violência das instituições? Da violência da escola, das prisões, da polícia? Da violência da corrupção? Da violência do preconceito, do racismo, da discriminação – dos crimes do ódio, entre tribos, entre aqueles que se juntam e consideram o outro como um inimigo a ser aniquilado? Da violência da criminalidade?

Há violências diversas implicando atores (sujeitos) diversos, acontecendo sob formas diferentes (violência física, psicológica, emocional, simbólica). A exigir respostas diferentes.

Há vítimas em todos estes casos. Há um tipo de vitimização difusa ou coletiva que nos afeta a todos. Não somos mais os mesmos após os relatos dos crimes que ocorrem. Vamos sendo construídos como subjetividades atemorizadas. Chamamos a atenção para a fraca presença de trabalhos sobre a questão das vítimas de violência urbana. Há um grande acervo de experiências e estudos sobre crianças, jovens e mulheres vítimas de violência doméstica, violência sexual e maus tratos, há uma preocupação com a criação de políticas públicas de atendimento, ainda que insuficientes e não integradas na ação escolar. Insuficientes, inclusive, por não considerarem que, além da vítima direta, há vítimas indiretas nestas situações. Não contamos, no entanto, com trabalhos sobre a problemática da criança, do jovem e do adulto em contato direto com a morte violenta e com a violência característica da criminalidade urbana, com a vitimização direta ou indireta por ela produzida, colocando o desafio de ações que possam romper o circuito da violência em sua dimensão interna.

Vemos a multidimensionalidade e a complexidade deste conceito, desta palavra que se abre, se expande em muitas direções. Se o objeto é complexo, fica claro que não daremos conta dele de forma simplista. As respostas ao desafio de

encarar de frente a nossa violência também precisam ser complexas e dar conta destas múltiplas dimensões.

Nossas ações precisam ser multidisciplinares, intersetoriais, multisetoriais. Romper com as antigas divisões e separações. É preciso polícia, justiça, moradia, trabalho, saúde, educação, meio ambiente, cultura, apoio às vítimas, punição e tratamento dos agressores. Há intervenções que podem ser feitas a partir dos recursos próprios, dos recursos pessoais, de cada um de nós. Há ações que só são possíveis a partir da construção de um coletivo, outras que dependem de ações governamentais.

Os textos

Contamos com pesquisas e publicações extremamente valiosas, dedicadas ao tema da violência na escola. Novamente lidamos com a complexidade e a urgência de não efetuarmos análises reducionistas. Uma pesquisa realizada por jovens da Vila Progresso, participantes do trabalho do Centro Social Marista,³ mostra o que é, para eles, a violência.

Violências que aparecem nas escolas

Mencionam, em primeiro lugar, em sua lista sobre as violências, a discriminação. Não considero esta indicação – encabeçando a lista das violências - arbitrária, aleatória ou fruto do acaso. É a violência vivida por eles no cotidiano, que aparece nas instituições, inclusive nas escolas. É uma forma de violência que nega o projeto, impede o acesso a um futuro sonhado. Afeta a todos nós, adultos e jovens, mulheres e homens. Como afeta a nós, professores e professoras? É interessante que os jovens falam da discriminação nas escolas e nas instituições, como sendo não apenas racial e sim física. É a discriminação por aspecto físico, que é vista como uma violência. Hoje vemos como as pessoas são discriminadas por não estarem conformes a um modelo (quase sempre

³ Centro Social Marista. R. Chá dos Jesuítas, 559. Vila Progresso. São Paulo.
www.nas.marista.org.br/cesomar_sp.cfm

impossível) de beleza, “boa aparência”: louras, bem vestidas, com a roupa de marca... Discrimina-se aquele que é pobre. As pessoas são discriminadas por estarem gordas!!! Novamente, em sua pesquisa, a discriminação reaparece quando os jovens comentam o fato de que as mulheres têm menor salário por um mesmo serviço, quando falam do preconceito contra os homossexuais, quando falam da discriminação contra os idosos.

Os jovens também apontam que é violência “passar de ano sem aprender”. É preciso analisar porque acontece esta desistência do professor em ensinar e a desistência do jovem em aprender. Quando há esta desistência, qual seria o objetivo da existência de uma escola? O acesso à escola é apenas o começo da realização do direito humano à educação: o acesso aos bens culturais e tecnológicos, ciência, arte, linguagens, é a forma como a escola o realiza.

Os jovens pesquisadores do CESOMAR relatam casos de violência doméstica em todas as suas modalidades. Dizem da dura realidade da família que não é, muitas vezes, um lugar protetor e acolhedor. Violência cercada de ambigüidade, pois ainda muitos consideram que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, que o poder paterno deve ser respeitado a todo custo, mesmo que refletindo modelos de família baseados na força. Tratar a violência que ocorre nas famílias é uma das formas de prevenir a violência fatal, inclusive a criminal. Os jovens falam da violência sexual, do espancamento, das brigas. Violência, portanto, que acontece contra a mulher, a criança, o adolescente, o idoso, o portador de deficiência, o doente mental. Ligada ao alcoolismo, ao desemprego, dialogando e refletindo assim, outras violências estruturais, provocando formas de vitimização direta e indireta que, repercutem na atividade escolar da criança ou do jovem, sob a forma da indisciplina, do descaso, da dificuldade em aprender.

Porém, há uma parte da violência que aparece na escola e que é a face mais visível da violência econômico-social: desemprego, má distribuição da renda. O que dizem a Constituição da República e a Declaração de Direitos Humanos? Que todos têm direito ao trabalho, a um padrão de vida digna. Convivemos no

Brasil com a fome, falta de moradia, o desemprego, a falta de serviços públicos de saúde, de lazer. Esta grande violência de base se articula com a violência da discriminação e do preconceito. São as formas de operar a submissão, numa sociedade de enorme desigualdade social. Esta submissão é operada com mecanismos de exclusão naturalizados, como a discriminação, o preconceito. É operada através do controle social da polícia, da escola. A frase que a reflete, diz: “ponha-se no seu lugar”.

Algumas hipóteses

É possível pensar a situação das escolas, hoje, no contexto mais geral da “quebra de promessas”, quebra da promessa institucional que nos dizia que se o menino (menina), o jovem (a jovem) aceitasse jogar as regras do jogo encontraria um lugar ao sol, emprego, uma vida digna. É a quebra da promessa – ocorrida nas últimas décadas pelo predomínio do capital financeiro, a crise do trabalho assalariado – que permeia o profundo questionamento e esvaziamento de sentido da instituição. Para que servirá a escola? O que se faz na escola?

É este o contexto da chamada “indisciplina”. Há escolas que, por não terem mais a centralidade do ensinar e aprender, por não assumirem a realização do direito humano à educação (condição para a realização de outros direitos humanos) parecem prisões. E, nas prisões, há rebeliões. Situações freqüentes e “normais” nas escolas até certo tempo, hoje, ganham uma grande repercussão. Clama-se por polícia, pela mediação da autoridade do Ministério Público, do Judiciário. Parece que os conflitos não podem mais ser tratados. Criminalizam-se condutas que antes eram indiferentes à grande Lei e eram tratadas pedagogicamente, com a mediação da autoridade escolar. O conceito de autoridade escolar parece estar em xeque. Vive-se a problemática derivada da falência de alguns modelos antigos sem que consigamos colocar um outro tipo de contrato no lugar, de acordo, de pacto que necessariamente envolva a paixão por um projeto que elimine a exclusão, promova o acesso irrestrito aos bens culturais

que são de todos. Como reconstruir um lugar de autoridade de forma a mediar os conflitos?

Há muitos exemplos que mostram que, quando a escola assume o seu objetivo, o da educação como um direito de todos, a violência se esvai. Passa a ser uma escola respeitada, vista como um bem comum, como um bem público a ser defendido. O instrumento para a transformação da escola em uma escola não violenta é o trabalho com o conhecimento, a gestão democrática, o trabalho em conjunto escola-bairro.

Ações possíveis

O ponto de partida essencial é o trabalho de diagnóstico, detectando as várias dimensões da violência, a econômico-social, a familiar, a institucional, a local, que se relacionam entre si, se apóiam e provocam mutuamente. A partir deste reconhecimento, é possível criar respostas que serão, necessariamente, diversas. O ponto de partida é este exercício construído a partir de uma diversidade de interlocutores: professores, pais, alunos, equipe técnica, líderes comunitários: a que viemos? Qual é a importância do nosso trabalho para a superação da pobreza? O que podemos e devemos fazer e o que não podemos e não devemos fazer pois compete a outros? Desta verificação inicial é que deverão sair as linhas de ação, as prioridades, as possibilidades de novas alianças e redes de apoio.

São redes que se constroem, que lutam contra a fragmentação, o isolamento, o medo. São redes de resistência, redes necessariamente democráticas, de proteção e realização de direitos. Que compreendem que os direitos humanos são indivisíveis, se realizam mutuamente e que o direito à segurança, a uma vida e a uma escola sem violência é uma construção que envolve muitos parceiros e responsabilidades de muitos setores. Há muitas escolas na cidade de São Paulo que já fizeram este caminho. São escolas que sabem a quem vieram, que são respeitadas pela vizinhança, pelos pais, pelos alunos, são escolas que fazem a diferença na região onde atuam.

Bibliografia

- BUORO, Andrea; SCHILLING, Flávia; SINGER, Helena; SOARES, Marina.
Violência Urbana: dilemas e desafios. São Paulo: Editora Atual, 1999
- CASTANHO e OLIVEIRA, I.M.; PAVEZ, G.A; SCHILLING, F. (orgs.) Reflexões sobre Justiça e Violência. São Paulo: EDUC/ Imprensa Oficial, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. “Senso Comum e Transparência”. O Preconceito. São Paulo, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania/Imprensa Oficial, 1996/1997.
- SCHILLING, Flávia. Sociedade da insegurança e violência na escola. São Paulo: Editora Moderna, 2005.
- _____ (org.) Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SPOSITO, Marília Pontes. “Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil”. Educação e Pesquisa. São Paulo, FEUSP, v.27,n.1jan;jun.2001.
- TAVARES dos Santos, José Vicente. “Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização”. In Tavares dos Santos, J.V. (org.) Violências no tempo da globalização. São Paulo, Editora Hucitec, 1999.